

# JORNAL DE BRASÍLIA

# Sarney conta com o Conselho

# Político na questão da dívida

7 AGO 1985

7 AGO 1985

Ext.

O presidente José Sarney decidiu ontem que o Conselho Político, composto pelos líderes da Aliança Democrática, será o canal de comunicação entre o governo e o Congresso Nacional, no processo de renegociação da dívida externa brasileira, calculada hoje em mais de US\$ 105 bilhões. Os membros do Conselho, Sarney reafirmou, por outro lado, que «não» negociará a soberania nacional, nem aceitará «as imposições» do Fundo Monetário Internacional.

«O presidente Sarney», disse o senador Fernando Henrique Cardoso (líder do governo no Congresso e candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo), após sair da reunião do Conselho Político com o presidente da República, «afirmou que o seu governo não vai aceitar as imposições do FMI que comprometam a taxa de cinco por cento prevista para o recímeneto econômico do País este ano».

## Não aceita

O Conselho Político é integrado pelos senadores Fernando Henrique, Carlos Chiarelli (RS, líder do PFL no Senado) e Gastão Muller (PMDB-MT), exercendo interinamente a liderança do seu partido, em virtude do afastamento, para tratamento de saúde, do senador Humberto Lucena (PB) e pelos deputados Pimenta da Veiga (MG, líder do PMDB) e José Lourenço (BA), líder do PFL. Integram ainda as reuniões do Conselho Político com o presidente Sarney os ministros Fernando Lyra, da Justiça, e José Hugo, chefe do Gabinete Civil.

Ontem, após a reunião com Sarney, os membros do Conselho informaram que o governo brasileiro «pode até transigir nas negociações. Mas o governo brasileiro não vai assumir compromissos com o Fundo que impliquem em medidas recessivas. O País precisa gerar mais em-

pregos. E na medida em que a fórmula dos nossos credores queira nos atirar na inflação incontrolável, queira inviabilizar o nosso mercado de emprego e nos conduzir a um déficit público insuportável, não podemos aceitar», disse o senador Chiarelli.

Por sua vez, o senador Fernando Henrique disse que «o Brasil não aceita os cortes impostos pelo FMI, não aceita a recessão e não aceita, ainda, a monitoria do Fundo na economia brasileira. O Brasil só aceita os cortes quando estes forem negociados. Também não aceitamos que o pagamento da dívida seja feito de modo lesivo à manutenção do atual nível de empregos». Por sua vez, o deputado José Lourenço garante que «o Brasil é maior do que a

sua dívida externa. Nós vamos sair da crise».

## Conselho

Quanto ao papel do Congresso Nacional no processo de renegociação da dívida — atribuição prevista no artigo 43 da Constituição Federal, lembra o presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) — ficou decidido na reunião de ontem de Sarney com os membros do Conselho, que o presidente da República informará aos líderes da Aliança Democrática todas as novidades sobre a renegociação. A partir daí, o Conselho leva as informações ao Congresso.

«O Conselho Político», disse o senador Chiarelli, «passa a ser o interlocutor entre o presidente da República e o Congresso Nacional. O presidente Sarney vai abrir espaços políticos neces-

sários de acompanhamento da renegociação da dívida entre o Executivo e o Legislativo. De formas que todos os detalhes da renegociação, sem sigilos e sem restrições, sejam semanalmente postos ao conhecimento dos senhores congressistas».

Chiarelli disse ainda que «na medida em que haja a perspectiva efetiva de uma mudança substancial no processo de limite de dívida, na tomada de novos empréstimos, evidentemente que o presidente Sarney levaria ao Congresso para que o Legislativo se manifeste. E na medida em que não existam esses dados e que seja tão simplesmente a continuidade do processo atual, aceitas as regras da negociação usual, o presidente Sarney levaria apenas a informação ao conhecimento do Congresso».

## Divergências

Nessa questão, já começam a surgir as primeiras divergências. O deputado Aírton Soares (PMDB-SP), por exemplo, considera que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara é o órgão legítimo, no Congresso Nacional, para avaliar os acordos e tratados internacionais feitos pelo governo brasileiro. Já o senador Fernando Henrique entende que «as atribuições do Executivo e do Legislativo precisam ser bem definidas».

Por sua vez, o presidente do Senado, José Fragelli, garante que, não haverá democracia no Brasil se o Congresso não avaliar os acordos e tratados com o FMI. As divergências, porém, poderão ser resolvidas, segundo sugestões do senador Chiarelli, pela própria Constituição. No que concorda o senador Frangelli: «A Constituição», diz ele, «define bem o papel do Legislativo nessa questão, no artigo 44», concluiu.